

As Ciências Sociais nasceram com a modernidade

Wallington Hall, Northumberland, Inglaterra/Wikimedia Commons



Ferro e carvão, quadro de William Bell Scott, produzido entre 1855 e 1860.

ESTUDAREMOS NESTE CAPÍTULO:

o fenômeno “sociedade” como objeto da ciência, movimento iniciado no contexto das revoluções políticas, econômicas e culturais dos séculos XVIII e XIX e que deu origem às Ciências Sociais: a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política. A preocupação com a ordem e as mudanças sociais na modernidade fez despontar alguns autores que se tornaram clássicos. Entre esses, estão Durkheim (1858-1917), Marx (1818-1883) e Weber (1864-1920), que chegaram a conceitos diferentes de sociedade com base no conhecimento científico da sua época. As Ciências Sociais elegeram os fenômenos sociais como seu objeto de estudo e desenvolveram métodos científicos para interpretar a histórica e complexa realidade social.

As Ciências Sociais são fruto da transformação social

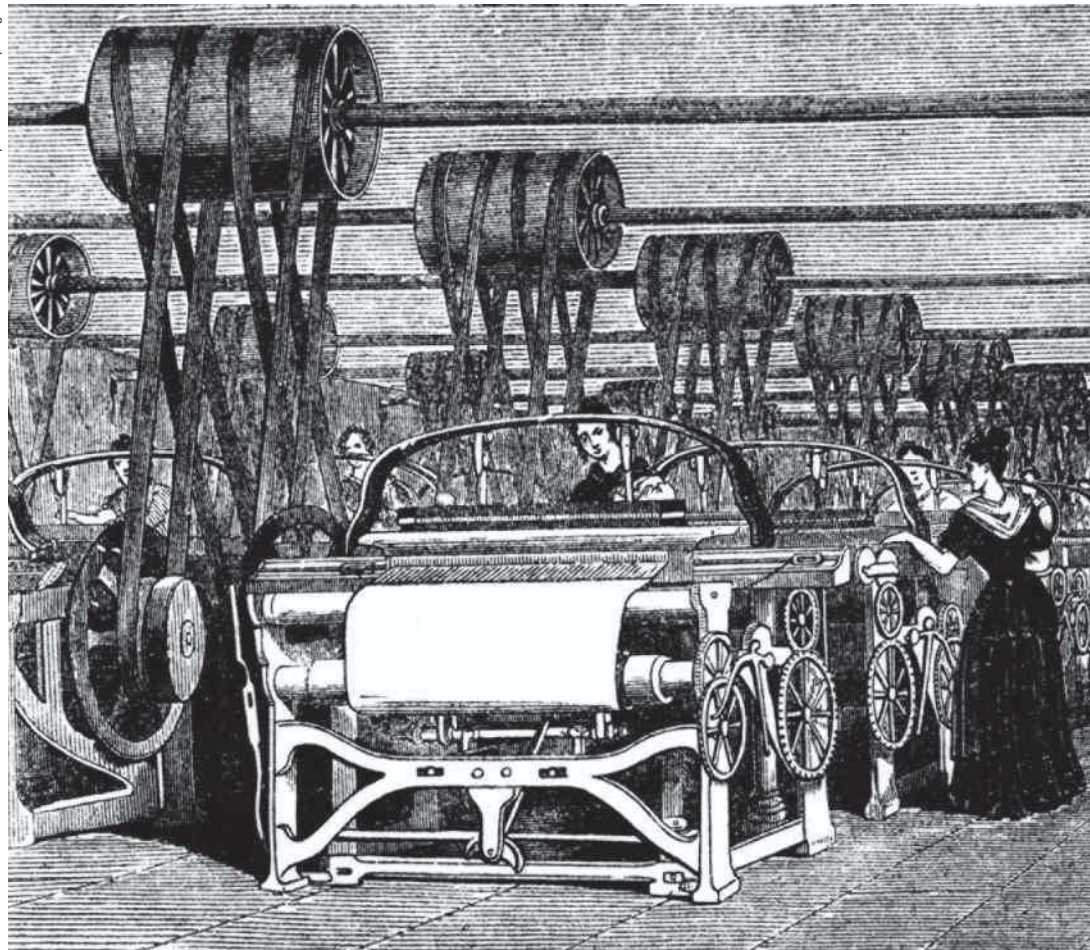
Apesar de terem sido formalmente reconhecidas como ciência apenas no século XIX, as Ciências Sociais devem sua origem ao intenso processo de mudanças na sociedade desencadeado pelas revoluções burguesas, principalmente a Primeira Revolução Industrial (aproximadamente 1750-1850), a Revolução Francesa (1789) e o **Iluminismo**, movimento intelectual que embasou as mudanças em curso. Por que tais acontecimentos estão relacionados ao surgimento das Ciências Sociais? Justamente por estudarem as formas de produzir, viver, organizar e pensar a sociedade, áreas profundamente influenciadas por essas revoluções.

A Revolução Industrial transformou o modo de produzir, modificando a maneira de os seres humanos se relacionarem. Fatores como o aperfeiçoamento e as inovações tecnológicas, a criação da máquina a vapor, a acumulação de capital por parte da burguesia em ascensão, o domínio inglês do comércio mundial e a liberação da mão de obra para as cidades levaram a um acelerado crescimento da população e da produção. A produção em série de alimentos, tecidos, objetos e máquinas aumentou a oferta e barateou o custo final dos produtos, marcando o declínio do modo de produção artesanal também no campo. Isso, além de medidas como o **cercamento** dos campos na Inglaterra, gerou um êxodo rural de camponeses sem terra e sem trabalho, dando início a um acelerado processo de urbanização.

Iluminismo: movimento intelectual, desenvolvido na Europa no século XVIII. Foi considerado um movimento fundamentado pela ideologia burguesa, por desejar abolir o absolutismo e aspirar à liberdade econômica, mediante o fim da intervenção do Estado no comércio e nas manufaturas.

cercamento: processo ocorrido a partir do século XVI, pelo qual grandes e médios proprietários de terra tomaram para si, com a conivência do Estado, áreas agrícolas de uso comum. Essas áreas foram usadas para criação de ovelhas, com o objetivo de abastecer de lã as indústrias têxteis.

Arquivo-Hulton/Getty Images



A Revolução Industrial modificou por completo as relações sociais e de trabalho das sociedades europeias, consolidando o capitalismo. Na gravura, de 1833, a representação de uma tecelagem de algodão inglesa.

Os camponeses destituídos de suas terras e os artesãos arruinados passaram a ser empregados nas fábricas, sujeitando-se a baixos salários e a extensas jornadas de trabalho. Dessa forma, a Revolução Industrial inaugurou uma situação extrema de pobreza e desemprego. Consolidava-se o **capitalismo**, sistema econômico que, conforme a perspectiva do filósofo alemão Karl Marx (1818-1883) em sua principal obra, *O capital*, publicada em quatro volumes entre 1867 e 1905, se caracteriza:

- pela propriedade privada dos meios de produção, mediante a divisão técnica e social do trabalho;
- pela busca constante de novos mercados;
- por apresentar o lucro como principal objetivo.

Na Europa, a contínua ascensão da **burguesia** durante a Idade Moderna levou essa classe a aspirar a participação no Estado e no exercício da política – o que veio a ocorrer de forma ampla com o fim do Absolutismo. A Revolução Francesa (1789), que depôs o Antigo Regime embasado no “direito divino”, tornou-se o grande símbolo dessa mudança e um marco na história do Ocidente. O pensamento revolucionário introduziu a ideia da igualdade entre os seres humanos e passou a existir o predomínio das explicações advindas da **racionalidade lógica** sobre as explicações religiosas, abrindo-se assim a possibilidade para justificar as hierarquias a partir de razões sociais, e não a partir de alguma instância religiosa.



Photo 12/Agência France-Press

Cena do filme *Germinal* (1993), de Claude Berri, inspirado no romance homônimo de Émile Zola. Na história, trabalhadores de uma mina de carvão na França em industrialização se revoltam contra as condições sub-humanas em que vivem.

burguesia: classe social composta de comerciantes, banqueiros e industriais, donos dos meios materiais de produção.

racionalidade lógica: uso da razão pelo conhecimento humano pautado na objetividade dos fatos, próprio da era moderna. Procura substituir as crenças de natureza religiosa ou supersticiosa pela primazia do raciocínio lógico-científico para alcançar um resultado ou solução de um problema e para a construção de teorias científicas.



Reprodução/Arquivo da editora

Tomada da Bastilha, quadro de Jean-Pierre Houël. A Bastilha, fortaleza medieval usada como prisão na França, no século XVIII, foi invadida pelo povo de Paris em 14 de julho de 1789, data tida como início da Revolução Francesa.

Estado-nação:

concepção originada no século XVIII da ideia de Estado-Razão, do Iluminismo, para designar uma entidade geopolítica, formada por um povo com elementos étnicos e culturais em comum.

"A mania de querer absolutamente descobrir 'leis' da vida social é apenas um retorno ao credo filosófico dos antigos metafísicos, segundo o qual todo o conhecimento tem de ser inteiramente universal e necessário."
(Georg Simmel)

A *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, estabelecida no contexto da Revolução Francesa de 1789, por exemplo, ainda hoje embasa os estatutos dos Estados democráticos contemporâneos. Os valores nela expressos tiveram como fundamento o Iluminismo, que elegeu a razão como a principal forma de explicação da realidade. O Iluminismo foi protagonizado pelo pensamento de filósofos observadores dos comportamentos sociais, entre eles o escocês David Hume (1711-1776), o francês Charles de Montesquieu (1689-1755) e o suíço Jean-Jacques Rousseau (1712-1778).

Assim, o século XVIII foi marcado por grandes transformações políticas, pelo surgimento dos **Estados-nação**, pela expansão dos direitos civis e pela perda de influência de instituições, como a nobreza e a Igreja, assentadas em forte e rígida hierarquia. A partir dessas mudanças foi possível elaborar novas bases para o que hoje entendemos como "ciência", noção e aplicação validada do conhecimento sistemático que se valeu da proposta sociocultural e política do Iluminismo.

As Ciências Sociais se constituíram no auge da modernidade para explicar por que e quais características das sociedades mudam ou permanecem. Inicialmente, de modo geral, as Ciências Sociais – hoje compreendidas pela Sociologia, Antropologia e Ciência Política – foram influenciadas pelas Ciências Naturais, com seu rigor nos métodos, o estabelecimento de leis e a busca da objetividade do cientista. Os primeiros pensadores concebiam a sociedade como uma totalidade objetiva, com existência própria, tal qual um organismo vivo. Na visão corrente em meados do século XIX, pensava-se que a sociedade estava sujeita a uma evolução crescente que levaria ao seu aprimoramento constante. Havia, também, diagnósticos dos sintomas de seus problemas, concebidos como "doenças": sistemas de ideias diferentes e incoerentes, rebeliões da população insatisfeita, períodos de crise concebidos e tratados como estados "patológicos" da sociedade.

Enfim, a realidade social poderia ser estudada de modo científico tanto quanto os fenômenos da natureza, segundo os pensadores da época. Esse pensamento recebeu, posteriormente, muitas críticas da parte dos cientistas sociais à medida que a ciência avançava e reconhecia especificidades da natureza histórica dos fenômenos sociais.

As bases das Ciências Sociais

Na Europa do século XVII, físicos e matemáticos passaram a entender que o Universo e a natureza estavam submetidos a leis físicas e naturais, ou seja, não resultavam do que antes se imaginava serem forças divinas. A explicação para os fenômenos da natureza passou a ser buscada por meio de investigação que os comprovasse cientificamente e os atestasse como "verdades absolutas" dentro da razão e da lógica empírica, como proposto por alguns filósofos. A prática de averiguar o conhecimento alcançado sobre a realidade e de quantificar os resultados das pesquisas concedeu ao conhecimento científico uma supremacia em relação às demais teorias e explicações da época.

No fim do século XVIII, o método científico foi estendido também ao estudo do ser humano, da sociedade e da cultura. O filósofo francês Claude Saint-Simon (1760-1825) expressou seu pensamento de que as revoluções científicas acompanham de perto as revoluções políticas. Analisando os acontecimentos políticos e sociais de sua época, Saint-Simon apontou o surgimento de uma grande revolução científica, que se estendeu de modo diverso pelas áreas de conhecimento em afirmação na era moderna, supostamente capazes de estabelecer leis e previsões dos fenômenos.

O que é modernidade?

A modernidade foi definida pelo filósofo alemão Karl Marx, no século XIX, com a frase "tudo o que é sólido se desmancha no ar". A expressão faz referência às intensas transformações das revoluções econômica, política e do conhecimento, nos séculos XVIII e XIX, que romperam com as condições históricas anteriores, nas quais predominavam os valores e as práticas fundamentados pela tradição. Por exemplo, no processo da Revolução Industrial, as populações rurais, que se dirigiam para as cidades, passaram a enfrentar uma nova ordem social, diferente das condições sociais a que estavam habituadas.

O termo "moderno" foi usado no século V para distinguir a Roma cristã da antiga Roma pagã. Já a ideia de "modernidade" pode ser relacionada ao filósofo racionalista francês René Descartes (no século XVII) e, posteriormente, aos positivistas, que defendiam a crença na razão, nas possibilidades do progresso linear (ascendente e evolutivo) e na formação de uma nova sensibilidade racional diante da realidade (veja na página 25 o item O positivismo na proposta de Comte).

No século XX, sob o impacto de transformações sociais cada vez mais aceleradas, a modernidade passou a se relacionar com a ideia do fragmentado, do incompleto, da racionalidade, da transição, da cultura de massa, da padronização do conhecimento e da produção, do planejamento racional, da tecnologia. Essa multiplicidade de características associadas mostra que o termo passou a ser disputado por diferentes correntes de pensamento. Na atual concepção de "modernidade", de modo geral, está presente a ideia de que tudo aquilo que é contemporâneo se encontra em estado transitório.



Album/Agp-Images/Latinstock/Museu Marmottan Monet, Paris, França

Trem na neve, ou A locomotiva. Este símbolo da Revolução Industrial do século XVIII é retratado em óleo sobre tela, em 1875, pelo pintor impressionista Claude Monet, representando os momentos de uma sociedade em constante transformação.

A divisão entre as Ciências Sociais

As Ciências Sociais são compreendidas por três disciplinas: a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política. A seguir, estudaremos as origens e especificidades de cada disciplina.

Atenta aos problemas de cada época, a Sociologia acompanha os questionamentos que a sociedade se coloca e os enfrenta por meio da construção de teorias sociais. Uma teoria social consiste em um conjunto de conceitos inter-relacionados de forma coerente para explicar fenômenos sociais. Neste livro, descobriremos inúmeras questões sociológicas sobre as relações sociais e suas desigualdades, os diferentes costumes e o modo de homens e mulheres se organizarem para viver em sociedade.

A Antropologia estuda diversas dimensões do ser humano, entre as quais: sua origem, seu desenvolvimento e suas formas de organização cultural. Seus principais ramos de conhecimento, que veremos nesse livro, são a Antropologia social e a Antropologia cultural. Existe também a Antropologia física, preocupada em observar e acompanhar as mudanças de ordem genética e biológica experimentadas pela espécie humana ao longo da sua existência na face do planeta Terra.

A Ciência Política volta o seu olhar para os fenômenos relacionados ao poder, principalmente à instituição do Estado e suas formas de organização, e aos processos de tomada de decisões políticas. Trataremos desses dois últimos ramos das Ciências Sociais principalmente ao abordarmos os temas relacionados aos seus objetos de pesquisa.

Há, porém, quem defenda que as Ciências Sociais poderiam compreender outros campos do conhecimento. No estudo “Análise dos sistemas mundiais”, o sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein (1930-) afirma que as Ciências Sociais constituem agrupamentos coerentes de objetos de estudo distintos uns dos outros e que são constituídas por várias “disciplinas” além das mencionadas – por exemplo, a Economia. Esse sociólogo reativa ainda o debate sobre se a Geografia e a História também integrariam as Ciências Sociais. Wallerstein critica a divisão em disciplinas porque elas afirmam a visão de que o Estado, o mercado, a política e a economia podem ser analisados separadamente – quando, para ele, os fenômenos de que tratam as disciplinas das Ciências Sociais são interligados.

E você, o que acha? Como podemos superar essas divisões disciplinares ao estudarmos os fenômenos sociais? Você poderá discutir em atividades e seções deste livro de que forma a integração das disciplinas científicas influencia a vida social e como os seus ramos de conhecimento podem contribuir para a análise de um mesmo fenômeno social em seus variados aspectos.



Nasce a Sociologia

O fenômeno da sociedade, com suas forças políticas, econômicas, culturais e religiosas, despertou, na Europa de fins do século XVIII, um conhecimento questionador e sistemático. Afinal, as revoluções ocorriam nas ideias e nas artes (a explicação racional-lógica se impunha sobre a explicação religiosa), na política (com a queda das monarquias absolutistas), na economia e nas relações sociais (as mudanças nas condições da vida material moderna em razão da Revolução Industrial). A partir dessas mudanças, as sociedades europeias (das quais somos em parte herdeiros) tornaram-se conscientes de seu protagonismo histórico, isto é, de ser possível pensar e provocar mudanças de diversas ordens. A própria sociedade passou a ser objeto de conhecimento científico. Todos esses movimentos abalaram os valores e o modo de vida, mostrando a necessidade de uma teoria social para explicar a nova realidade.

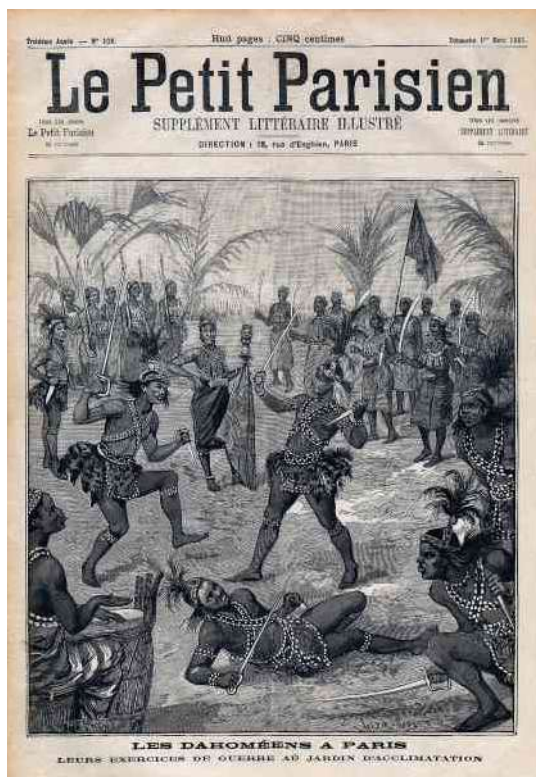
Foi esse viver em comum, com igualdades e diferenças, que chamou a atenção de alguns intelectuais tradicionalistas nos séculos XVIII e XIX. Pensadores como os franceses Louis de Bonald (1754-1840) e Joseph de Maistre (1753-1821) buscavam uma explicação para o fervilhar de grandes mudanças no âmbito da sociedade.

Sob forte influência das Ciências Naturais, autores como os franceses Auguste Comte (1798-1857) e Alfred Espinas (1844-1922), bem como o inglês Herbert Spencer (1820-1903), pensavam a ciência da sociedade como uma espécie de Física ou Biologia social, que seria capaz de explicar as funções/necessidades de seus órgãos/instituições e garantir o funcionamento harmonioso do organismo social, comparado a um organismo vivo. Esses pensadores eram adeptos de uma concepção evolucionista da sociedade, que a considera e à sua cultura resultantes de um permanente processo de evolução, isto é, do contínuo desenvolvimento rumo a estágios mais aperfeiçoados, que seriam os mesmos para todos os seres humanos. Outros pensadores, ainda, sustentaram uma espécie de **darwinismo social**.

A busca por leis sociais invariáveis e independentes da ação humana era própria do pensamento positivista. Para Comte, a mudança social aconteceria pelo princípio da ordem, ou seja, para haver progresso (entendido como mudança para melhor, nos termos do pensamento predominante à época), seria necessário preservar certa harmonia e ordenação social. Procurando sistematizar um conhecimento sobre como os seres humanos se organizam na sociedade, os autores do século XIX partiam das mudanças para entender a realidade social.

darwinismo:

movimento de ideias sobre a evolução das espécies, cujo principal expoente é o naturalista inglês Charles Darwin (1809-1882), que desenvolveu a teoria da seleção natural na perspectiva de uma teoria evolutiva. Segundo ele, os organismos mais adaptados ao ambiente têm maior chance de sobrevivência.



Blanchetti/Leemage/Agência France-Press

Ilustração de guerreiros de Daomé (atual Benin), divulgada na Exposição Universal de Paris e publicada no *Le Petit Journal* em 1891. Entre o fim do século XIX e o início do século XX, alguns estudiosos da sociedade criaram teorias para tentar embasar a ideia de que haveria uma evolução dos povos, estando alguns em graus "mais avançados" do que outros.

A Sociologia foi proposta inicialmente como uma forma de Filosofia Social para compreender a origem, a mudança e o destino da sociedade. Em fins do século XIX, ela se constituiu como uma ciência autônoma a partir da contribuição do francês Émile Durkheim (1858-1917), que sistematizou a abordagem dos fenômenos sociais. Durkheim concebia as mudanças sociais como regularidades que comportam ordenação e evolução. Por isso, uma ciência da sociedade seria capaz de prevêê-las e até de estabelecer generalizações acerca do seu funcionamento.

Os primeiros pensadores sociais, influenciados pela visão positivista, acreditavam que a investigação metódica e sistemática de uma ciência própria para a sociedade poderia identificar possibilidades de ação para intervir nela e, assim, restabelecer a ordem quando conflitos e crises abalasses a sua estrutura. Pode-se dizer que procuravam um meio, segundo os critérios da ciência nascente, de controlar e ordenar as mudanças sociais que fugiam à previsibilidade de normas e regras. Entendiam por **ordem social** tanto a tendência ao funcionamento harmônico da vida social e à coexistência pacífica dos indivíduos e grupos em dada sociedade (como sinônimo de consenso) quanto uma forma de ordenação das relações sociais fundamentais.

Os primeiros pensamentos sistemáticos sobre a sociedade visavam conciliar a manutenção da ordem social e a aceitação das mudanças ocorridas naquela época.

Essa visão calcada em regularidades e na manutenção da ordem diverge, de maneiras diferentes, das teorias dos alemães Max Weber (1864-1920) e Karl Marx. No pensamento de Weber, são muitas as possibilidades históricas de mudanças, em razão da diversidade cultural dos valores, enquanto para Marx a história é um processo contínuo, sujeito a mudanças resultantes da forma como os indivíduos se associam para produzir.

As Ciências Sociais se institucionalizaram quando questionaram seus próprios fundamentos, porque uma ciência se faz com a produção de conhecimento, que é compartilhado, criticado e revisto pela comunidade científica. Veja, no quadro a seguir, de forma resumida, as diferentes concepções de sociedade e Sociologia para Comte, Durkheim, Weber e Marx, cujas ideias exploraremos a fundo mais adiante.

Concepções de uma ciência para a sociedade

	Comte	Durkheim	Weber	Marx
Sociedade	A sociedade é tão real quanto um organismo vivo, com sentido científico e moral.	A sociedade resulta da combinação das consciências individuais, tende à integração e se organiza pelas normas e costumes.	A sociedade é o complexo de significados dos valores de uma época.	A sociedade é determinada pelas condições materiais em transformação. O modo de produção (economia) condiciona a vida social.
Sociologia	A Sociologia é uma reflexão filosófica sobre a sociabilidade humana; uma ciência universal da civilização.	A Sociologia busca um conhecimento objetivo para chegar a leis gerais sobre a realidade social.	A Sociologia interpreta o sentido que orienta toda ação social.	A Ciência Social realiza a práxis, ou seja, as ações concretas e históricas do ser humano que constrói a si e a seu mundo.

Muitos pensadores sociais precedem o surgimento da Sociologia, como os alemães Friedrich Hegel (1770-1831), filósofo preocupado em explicar o ser humano como sujeito da História, e Friedrich Engels (1820-1895), coautor em muitas obras com Marx, pesquisador das origens da família, da propriedade privada e do Estado; e o escritor político francês Alexis de Tocqueville (1805-1859), que propôs as bases de uma sociedade democrática. Contribuíram também para construir o patrimônio científico da Sociologia: Ferdinand Tönnies (1855-1936) e Georg Simmel (1858-1918), na Alemanha; Vilfredo Pareto (1848-1923), na Itália, entre outros pensadores.



Akg-images/Latinstock

Alexis de Tocqueville, em pintura de Théodore Chassériau, de 1850.



Bildarchiv Hansmann/interfoto/Latinstock

Friedrich Hegel, em gravura de 1854.

A Sociologia nasceu de uma sociedade que se desenvolvia com base na razão, na emancipação, no progresso e na representação política, e não mais apenas na tradição, na religiosidade e no domínio da política por um soberano absoluto.

Pausa para refletir



O texto abaixo retrata a Sociologia em seus primeiros momentos. Leia-o e responda às questões.

A Sociologia do século XIX marca incontestavelmente o momento da reflexão dos homens sobre eles mesmos, aquele em que o social como tal é posto em questão [...]. Ela também exprime uma intenção não radicalmente nova, mas original por seu radicalismo, a de um conhecimento propriamente científico, baseado no modelo das ciências da natureza, tendo em vista o mesmo objetivo: o conhecimento científico deveria dar aos homens o controle de sua sociedade e de sua história assim como a Física e a Química lhes possibilitaram o controle das forças naturais.

ARON, Raymond. Apud CASTRO, Anna M. de; DIAS, Edmundo (Org.). *Introdução ao pensamento sociológico*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. p. 24.

1. De acordo com o texto, qual é o papel da Sociologia no século XIX?
2. Em sua opinião, o modelo de análise para as Ciências Sociais pode ser o mesmo das ciências da natureza? Por quê?



Filipe Rocha/Arquivo da editora

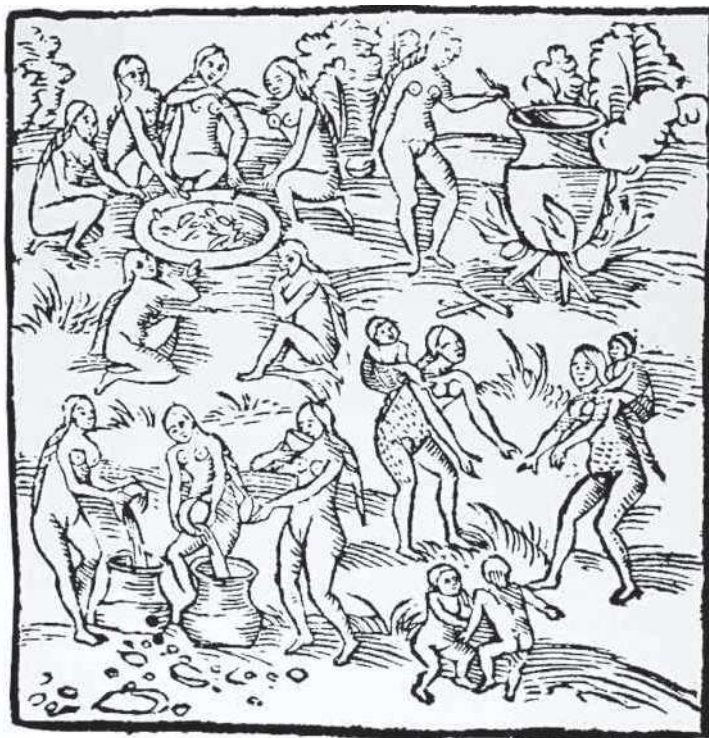
As origens da Antropologia

A etimologia da palavra “antropologia” compreende a junção dos vocábulos gregos *anthropos* (‘homem’) e *logos* (‘razão’, ‘estudo’). De modo abrangente, Antropologia é uma ciência que estuda o ser humano em suas dimensões biológica, social e cultural.

sistema simbólico: conjunto dos símbolos que dão significado à cultura humana de diversos grupos e épocas. Nas práticas sociais, o sistema de símbolos expressa o valor dado às coisas e às ideias pelos seres humanos em convivência. Um sistema simbólico é composto por diferentes aspectos de uma cultura: expressões artísticas e religiosas, relações de parentesco, etc.

O estudo de cada uma dessas dimensões demanda um conhecimento científico com objeto e métodos próprios. A Antropologia física ou biológica, por exemplo, dedica-se a estudar os aspectos genéticos e biológicos do ser humano. A Antropologia social preocupa-se com a organização social e política, a questão do parentesco e as instituições sociais. A Antropologia cultural pesquisa os **sistemas simbólicos**, a religião e o comportamento em diferentes culturas. A Antropologia se beneficia muito dos estudos da Arqueologia, ciência que privilegia o estudo das condições de existência dos agrupamentos humanos já extintos, com base nos seus vestígios materiais.

Entre as primeiras indagações de filósofos e pensadores da Antiguidade clássica sobre o ser humano e a vida partilhada, podemos identificar elementos do que hoje entendemos como pensamento antropológico. A Antropologia, no entanto, surgiu efetivamente como ciência no contexto do Iluminismo. Desde o século XV, as grandes viagens de exploração e colonização despertaram a curiosidade dos europeus sobre outros povos e culturas espalhados pelo mundo, cada qual com sua história e costumes. Cronistas, viajantes e missionários interessavam-se em registrar como os povos viviam, seus hábitos, crenças, mitos, rituais, linguagens e normas para a vida em sociedade. No Brasil, podemos mencionar os relatos do viajante e cronista alemão Hans Staden (c. 1524-1576) em *Duas viagens ao Brasil*, de 1557, e os desenhos sobre os indígenas, a fauna, a flora e o relevo do pintor, desenhista e viajante francês Jean-Baptiste Debret (1768-1848), na obra *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, elaborada entre 1834 e 1839.



Mulheres indígenas produzindo bebidas, em gravura do viajante Hans Staden, publicada em 1557.

Col.: Guita e José Mindlin/Biblioteca Brasileira da USP/SP

No século XIX, as obras do naturalista britânico Charles Darwin sistematizaram o pensamento biológico na Antropologia com a publicação dos livros *A origem das espécies*, em 1859, e *A descendência do homem*, em 1871. Não apenas a Biologia, mas também o fenômeno da cultura e as interpretações da mitologia aguçaram o desejo de conhecer a origem do ser humano em grupos tão diferenciados, cada qual com suas expressões no ambiente onde vive.

Com seus estudos sobre os fatos sociais e a proposta do método sociológico, Émile Durkheim influenciou o etnólogo francês Marcel Mauss (1872-1950) a pesquisar as representações primitivas e o **fato social total**, além de despertar neste o interesse pelas formas de magia. Fato social total é um conceito elaborado por Marcel Mauss para se referir a fenômenos que envolvem, de uma só vez, características religiosas, jurídicas, morais, políticas e familiares de uma sociedade. O fenômeno da educação nas sociedades contemporâneas é um exemplo disso. Tanto Durkheim como Mauss seguiram a tradição classificatória na ciência, muito em voga nas Ciências Naturais, e difundiram um pensamento funcionalista, ou seja, procuraram explicar aspectos da sociedade a partir das funções das instituições e de suas consequências sociais.

Entre os precursores da Antropologia encontram-se o alemão radicado nos Estados Unidos Franz Boas (1858-1942) e o polonês Bronislaw Malinowski (1884-1942), que se dedicaram à Etnologia, um ramo científico que estuda os diferentes aspectos de uma sociedade determinada para apreender como ela se estrutura e se transforma. Já o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss (1908-2009) é reconhecido como fundador da Antropologia estruturalista nos anos 1950, sob inspiração da Linguística. Estudando normas, regras, valores, costumes e estruturas de diferentes povos, ele buscou identificar, por trás dessa diversidade, formas comuns (universais) de organizar o conhecimento e as relações. Uma de suas obras de referência foi publicada em 1949: *Estruturas elementares do parentesco*.



Reprodução/British Library of Political and Economic Science, Londres, Inglaterra.

As Ciências Sociais nasceram com o ideal de distanciamento e neutralidade diante dos fatos estudados. Posteriormente, novas formas de pesquisa surgiram, como a observação participante. Na foto de 1918, o antropólogo Bronislaw Malinowski com nativos das ilhas Trobriand.

Encontro com cientistas sociais

O antropólogo Bronislaw Malinowski, pensador da metodologia funcionalista, propôs uma visão generalista da cultura humana. A leitura do texto abaixo revela a sua procura de unidade entre as diversas culturas existentes:

O conceito essencial, no caso, é o de organização. A fim de realizar qualquer fim, os seres humanos têm de se organizar. Como demonstraremos, a organização implica um esquema ou estrutura muito definido, do qual os principais fatores são universais, porquanto são aplicáveis a todos os grupos organizados, os quais, por sua vez, na sua forma típica, são universais para toda a espécie humana.

Proponho chamar tal unidade de organização humana pelo velho termo, nem sempre claramente definido ou consistentemente usado, instituição. Este conceito implica uma concordância sobre uma série de valores tradicionais por força dos quais os homens se reúnem. Ele implica também que esses seres humanos se situam em relação definida uns com os outros e em relação a uma parte física específica de seu ambiente, natural ou artificial.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Uma teoria científica da cultura*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. p. 44-45.

- Acompanhando o raciocínio de Malinowski, exercite sua observação sobre os fenômenos culturais ao seu alcance e analise as formas como os seres humanos se organizam. Como exemplo, pense em grupos de jovens estudantes do Ensino Médio, em reuniões e cultos de uma comunidade religiosa ou mesmo nas ações político-administrativas do governo municipal de sua cidade.

A trajetória da Ciência Política

A Ciência Política formou-se no cenário das Ciências Sociais muito recentemente, embora date da Antiguidade grega o interesse filosófico pela **política** como prática das relações de poder entre os seres humanos. Nesse sentido, Platão (c. 427 a.C.-347 a.C.) marcou o campo da investigação política com seu livro *A República*.

No entanto, foi Aristóteles (c. 384 a.C.-322 a.C.), discípulo de Platão, quem primeiro firmou concepções de política em seu livro *Política*, composto de oito volumes. Aristóteles, preocupado com o bem-estar geral de uma comunidade a ser alcançado pelo bom governo, concebia a *pólis* ('cidade') como um espaço de convivência entre os seres humanos em busca desse bem comum, ou seja, da satisfação de todos, como o *locus* ('lugar') da comunidade política.

A Ciência Política, como ciência, utiliza uma metodologia para interpretar, no fenômeno político, tanto a questão do poder como a do Estado, dois conceitos fundamentais na história dessa ciência: enquanto um se refere ao agir humano, o outro corresponde às diversas formas da vida política organizada.

Como uma das Ciências Sociais, a Ciência Política se vale de diversas teorias e metodologias pautadas por métodos e técnicas de investigação sobre os fenômenos da política, que envolvem desde documentos oficiais até dados estatísticos e estudos de casos históricos. Assim, a Ciência Política analisa a realidade das instituições políticas, os sistemas de governo, as relações internacionais, as políticas e a administração públicas, entre outros objetos de estudo.

Há muito a política foi considerada a arte de bem viver em sociedade e foi reduzida a um instrumento de domínio por Maquiavel (1469-1527), filósofo político italiano. Já o filósofo inglês Thomas Hobbes (1588-1679), assegurando a existência de um governo como a melhor condição para a vida social, entendia a ciência política como uma “gramática” da obediência. Não à toa, suas ideias deram respaldo ao Estado absoluto. Para outro filósofo inglês, John Locke (1632-1704), teórico que influenciou as **revoluções liberais**, a política asseguraria a organização da vida associada.

No século XVI, o jurista francês Jean Bodin (1530-1596), autor de *A República*, estabeleceu a doutrina da soberania do Estado, independente de influências internas e externas. Um século depois, no contexto das ideias iluministas, o pensador francês Charles de Montesquieu (1689-1755) contribuiu para o pensamento político ao escrever *O espírito das leis* (1748). Nesse tratado, Montesquieu expõe a natureza e o princípio das formas de governo com base no estudo das leis que criam e regulam determinadas instituições políticas. Sua obra influenciou a Constituição francesa de 1791 e ainda hoje se constitui em inspiração para constituições liberais assentadas na separação dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Expressando-se a partir de diferentes vertentes analíticas no cenário das grandes transformações do século XIX, três autores forneceram importantes bases para a consolidação da Ciência Política no século seguinte: Alexis de Tocqueville (1805-1859), Karl Marx e Max Weber. Autor de *Da democracia na América* (1835-1840) e de *O Antigo Regime e a Revolução* (1856), o escritor político francês Alexis de Tocqueville valeu-se do método comparativo para eleger a democracia como o fundamento da sociedade moderna, que abriga uma pluralidade de regimes políticos. Já a análise da dinâmica da sociedade capitalista pelo viés do poder econômico-social fez de Karl Marx um pensador clássico da jovem Ciência Política.

Max Weber se dedicou ao contexto da Alemanha imperial e da Europa ocidental, produzindo uma Sociologia Política. Weber distinguiu a essência da economia e da política como ações conduzidas pelo sentido subjetivo humano em seu livro *Economia e sociedade*, publicado após sua morte, em 1922. Se a economia se refere à satisfação das necessidades, a política tem a ver com a dominação exercida por alguns seres humanos sobre outros, como estudaremos no Capítulo 2. Uma de suas conferências, *A política como vocação*, de 1918, tornou-se um estudo consagrado sobre política.



Frontispício da obra *Leviatã*, de Thomas Hobbes, edição original de 1651. Na ilustração, o soberano formado pela união dos corpos dos indivíduos representa o governo absolutista.

revoluções liberais:

revoluções inspiradas na ideia do governo que tem por base o respeito ao direito natural do ser humano à vida, à liberdade e à propriedade. São exemplos disso a Revolução Inglesa, a Revolução Americana e a Revolução Francesa em sua fase inicial.

Senso comum e ciência

As Ciências Sociais contribuem para a descoberta dos aspectos da vida organizada em sociedade. Elas são relativamente jovens se comparadas com as ciências exatas e biológicas, mas foram fundamentais para demonstrar que indivíduo e sociedade são elementos que se influenciam mutuamente. Como ciências, desenvolvem um conjunto de conceitos capazes de interpretar a realidade.

Ao propor um conhecimento objetivo, os primeiros cientistas sociais manifestavam o desejo de ultrapassar o **senso comum**, ou seja, aquele conhecimento com base na experiência cotidiana e na opinião dos indivíduos em sociedade.

O senso comum é o nosso conhecimento primário sobre os acontecimentos. Ele nasce em nosso espaço social, do lugar de onde observamos os acontecimentos. Esse conhecimento é limitado porque se baseia em observações espontâneas, nas aparências dos fenômenos e em ideias preconcebidas e não refletidas, que não passam por indagações profundas. Nem sempre nos damos conta de estarmos produzindo opiniões e crenças sobre o mundo que nos cerca, as experiências que vivemos, as nossas relações sociais. Por exemplo, vendo televisão, lendo revistas, conversando com as pessoas, navegando na internet, todo dia o nosso microuniverso é influenciado pelo movimento das estruturas sociais, seja por uma crise econômico-social, seja pelo lançamento de um novo produto eletrônico.

O senso comum nos dá confiança para continuarmos vivendo, pois nos sentimos seguros dentro de uma lógica de probabilidades que nos fornece expectativas a respeito de nós e dos outros. Por isso, de um modo cômodo, o senso comum não estimula o pensamento crítico acerca dos costumes, hábitos culturais e estilos de vida que adotamos.

A ciência é a busca e a descoberta, com base em métodos definidos, das relações entre os fenômenos e os motivos que as justificam e explicam. No caso das Ciências Sociais, métodos próprios procuram explicar a realidade social mediante a construção de teorias coerentes. Os estudos científicos pressupõem que conhecer é uma forma de viver e transformar a realidade social.

Embora o senso comum seja um tipo de saber limitado ao cotidiano, atualmente a ciência tende a valorizá-lo como ponto de partida para o conhecimento sociológico. Segundo o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (1940-), se o primeiro salto qualitativo da ciência moderna ocorreu ao afastar-se do senso comum para chegar ao conhecimento científico, hoje a ciência busca se aproximar e reconhecer também o conhecimento do senso comum, reabilitando-o como uma dimensão que pode enriquecer a nossa relação com o mundo.

Ao construir a realidade por meio de suas relações sociais, os indivíduos são, ao mesmo tempo, produtores e produtos da sociedade, afirmam os sociólogos Peter Berger (1929-) e Thomas Luckmann (1927-2016).



Charge do cartunista Albert Benett, de 2013.

Métodos para pensar a realidade social

Duas grandes vertentes metodológicas marcam os estudos das Ciências Sociais clássicas: o positivismo e a dialética. Vejamos como esses métodos propõem um pensamento sobre a realidade social.

O positivismo na proposta de Comte

A consolidação do sistema capitalista e da burguesia, nos séculos XVIII e XIX, encontrou suporte teórico no **positivismo**. Essa filosofia social distingue-se pela observação e experimentação dos fenômenos, privilegiando a evidência dos fatos.

A abordagem positivista faz uso dos métodos e dos critérios das Ciências Naturais, sobretudo da Biologia, para explicar a sociedade. Auguste Comte, autor da obra *Curso de Filosofia positiva* (publicada entre 1830 e 1842), que lhe garantiu o título de fundador do positivismo, considerava que a ciência tem normas preestabelecidas e se constitui num instrumento de transformação e domínio da realidade física e social. Vem dessa ideia de controle da ordem social o lema “prever para prover”.

Comte, o primeiro autor a utilizar o termo *Sociologia*, recomendava estudar a sociedade com o mesmo espírito que se estudam as ciências da natureza, isto é, livre de juízos de valor – sem a interferência de preconceitos, opiniões e valores do pesquisador nas análises. Em sua origem, a Sociologia foi marcada pela visão de que a sociedade e os seus fenômenos poderiam ser apreendidos e explicados de forma objetiva, com neutralidade da parte do investigador, a fim de alcançar um conhecimento neutro, “positivo”, fundamentado na experiência, nos fatos verificados, testados e quantificados.

Ao buscar estabelecer os fundamentos gerais das explicações acerca da ordem e da mudança social, Comte elaborou a *Lei dos três estados* (ou *estágios*) da História, referindo-se à evolução da estrutura social e política e aos ramos do conhecimento humano. Esse é um tipo de pensamento evolucionista-social, que pressupõe uma ideia de progresso, organizado em etapas universais. Assim, na história da humanidade, três estágios se sucederiam:

- o **teológico**, cujas explicações associariam os acontecimentos “às ações de um ou mais deuses”;
- o **metafísico** (transitório), no qual os elementos explicativos da evolução seriam a natureza e a razão, ou seja, entidades abstratas;
- o **positivo**, que culminaria na busca de leis científicas para descrever e explicar os fenômenos sociais, seguindo os passos das demais ciências.

O emprego de métodos das ciências da natureza para testar o conhecimento sobre a realidade social implicava verificar os dados, as informações, admitir explicações gerais, teorias abrangentes, e chegar a “verdades” ou certezas das afirmações sobre a realidade. Como explicar os fenômenos sociais, uma realidade tão distinta da realidade dos fenômenos naturais?

A influência do positivismo permanece na ciência, até mesmo nas Ciências Sociais, em um conjunto de **parâmetros teórico-metodológicos**, no qual conhecimento objetivo e verdade absoluta são equivalentes. As ações sociais, no entanto, são históricas, acontecem numa realidade concreta, contextualizada e em contínuo processo.



Auguste Comte, fundador do positivismo, em retrato de Tony Toullion, c. 1850.

parâmetro teórico-metodológico: critério estabelecido por regras, leis e hipóteses (teoria) adotadas por uma ciência, bem como pelos métodos aplicados por ela.

Durkheim concebe um método para a Sociologia



Bettmann/Corbis/Latinstock

Retrato de Émile Durkheim, um dos principais nomes da chamada Sociologia clássica, tirado por volta de 1900.

Como acontecimentos únicos, as ações e as relações sociais demandam métodos próprios para captar a sua complexidade. Por isso, o francês Émile Durkheim é considerado pioneiro ao ter proposto uma metodologia própria para a ciência da sociedade. Em seu livro *As regras do método sociológico*, de 1895, ele propôs submeter os chamados “fatos sociais” a métodos científicos próprios do estudo sociológico para comprovar esses fatos como algo externo aos indivíduos, algo que lhes é imposto para que sigam determinados costumes e se comportem de acordo com valores e normas vigentes. Entre as obras de Durkheim, destacam-se *O suicídio* e *As formas elementares da vida religiosa*, publicados em 1897 e 1912, respectivamente. Ele também foi o fundador do *L'Année Sociologique*, primeiro periódico francês de teoria e pesquisa sociológica.

Apesar de sofrer críticas nas Ciências Sociais, a abordagem positivista pode ser observada ainda hoje. Por exemplo, quando se busca um conhecimento definitivo sobre a realidade em mutação ou quando se aplicam medidas orientadas pela manutenção da ordem social, tais como combater a criminalidade sem eliminar a desigualdade social.

Os primeiros cientistas sociais propunham-se a observar os fatos, avaliá-los e submetê-los ao rigor do método positivista. Levantavam hipóteses acerca da realidade e testavam-nas com observações e experimentações.

A dialética como método de análise

De certo modo contrário ao positivismo, o método dialético nas Ciências Sociais concebe a realidade e o conhecimento de modo conjunto. Para o método dialético, ambos não podem ser pensados como elementos separados. Realidade e conhecimento são produtos históricos, transformam-se e nunca se apresentam como acabados. Mas o que é **dialética**?

Historicamente, o termo “dialética” significa ‘a arte do diálogo’, um método de argumentação que remonta à Antiguidade. O filósofo grego Platão acreditava que, para alcançar a verdade, era necessário confrontar ideias contrárias para chegar a uma ideia una, à essência de algo.

Para a dialética moderna, esse choque de partes ao mesmo tempo contrárias e complementares move o mundo. O desenvolvimento desses contrários (que podem ser definidos como *tese* e *antítese*) resulta em uma unidade nova transformada, que corresponde à *síntese*.

O pensamento dialético é constituído dos seguintes princípios:

- Tudo se encontra inter-relacionado e se transforma de modo permanente.
- Mudanças qualitativas nos fenômenos podem ocorrer em diferentes ritmos.
- Há uma luta dos contrários, ou seja, existem contraposições e contradições.
- Os conhecimentos articulam-se e confrontam-se.
- Sujeito (aquele que investiga) e objeto de conhecimento (a realidade investigada), apesar de distintos, não podem ser separados.
- Um novo acontecimento nasce do velho, o qual já traz em si a semente do novo.

A abordagem dialética capta as ambiguidades da vida do ser humano ao procurar entender os fenômenos em sua totalidade e multiplicidade, como a natureza, a cultura, a economia, a política e outras dimensões. A lógica dialética pressupõe a mudança incessante da realidade social e distingue os fenômenos, explicando-os historicamente e criticando a ideologia dominante. A teoria de Karl Marx é a mais conhecida abordagem dialética da sociedade.

As abordagens positivista e dialética continuam validando o conhecimento nos dias atuais e, de certo modo, alimentam a multiplicidade de metodologias nas Ciências Sociais, como estudaremos adiante.

A abordagem dialética, aplicada à realidade material, identifica as contradições e os conflitos, dos quais se origina algo novo.

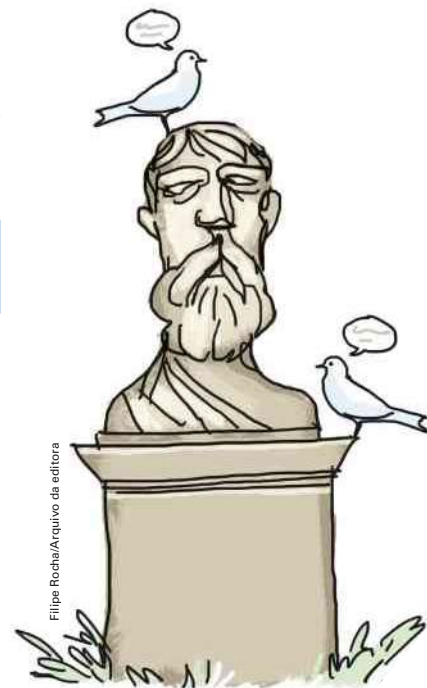
O objeto de estudo da Sociologia

Algumas condições são exigidas para que um conjunto de conhecimentos possa ser considerado ciência: a existência de um método de investigação, a constituição de um objeto de estudo e a construção de teorias explicativas da realidade estudada.

Fazendo uso de parâmetros de observação e análise da realidade, uma ciência pode criar interpretações para seu objeto de estudo. Nas Ciências Sociais, essa dinâmica do pensamento desenvolve teorias que interpretam ou explicam a realidade social. Chegar a interpretações implica ter uma concepção dessa realidade e um modo de conhecê-la, ou seja, de fazer ciência. Isso mostra que o processo de conhecimento é histórico, muda com o tempo tal qual a própria sociedade.

De diferentes perspectivas de análise, os autores definem o seu objeto de estudo, adotam uma metodologia e produzem ciência.

Os fundadores da Sociologia são observadores da realidade social; diante dela se posicionam e com ela se relacionam. Ao projetar um caminho para conhecer a sociedade, eles seguem uma metodologia. Se Durkheim procura a objetividade do conhecimento, afastando as ideias preconcebidas sobre a realidade, Weber considera que apenas uma parte da realidade pode ser estudada. Marx, por sua vez, pensa que o sujeito que conhece é capaz de intervir na realidade social, transformando-a. Vejamos, a seguir, seus diferentes modos de enxergar a sociedade e conceber o conhecimento científico da realidade.



O conhecimento da realidade social

	Durkheim	Weber	Marx
Concepção da realidade social	A realidade social antecede o indivíduo.	A realidade é infinita e tem significado conforme os valores de uma época.	A realidade está em constante movimento.
Concepção da ciência	O conhecimento científico é uma representação teórica da realidade.	Conhecer é compreender o significado de uma realidade cultural.	Conhecer é uma forma histórica de se apropriar do real.

Durkheim e a análise dos fatos sociais

Embora se diferenciem dos fenômenos biológicos, físicos e psicológicos, os fenômenos sociais também são reais e passíveis de observação científica. Leia como Durkheim os concebe formando uma realidade distinta: a sociedade.

[...] a sociedade não é simples soma de indivíduos, e sim sistema formado pela sua associação, que representa uma realidade específica com seus caracteres próprios. Sem dúvida, nada se pode produzir de coletivo se as consciências particulares não existirem; mas esta condição necessária não é suficiente. É preciso ainda que as consciências estejam associadas, combinadas, e combinadas de determinada maneira; é desta combinação que resulta a vida social e, por conseguinte, é esta combinação que a explica.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014. p. 90.

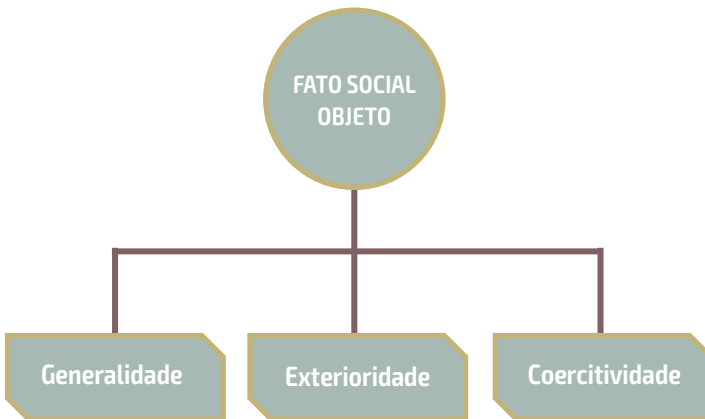
Na produção sociológica de Émile Durkheim, **fatos sociais** são maneiras coletivas de agir, pensar e sentir que são exteriores ao indivíduo e exercem pressão ou coerção social sobre sua consciência, ainda que não se perceba. Também apresentam a característica de serem gerais na extensão de uma sociedade, na medida em que são comuns à maioria dos indivíduos. Durkheim considera que os fatos sociais não se confundem com as manifestações das consciências individuais, eles são uma realidade *sui generis*, uma realidade peculiar.

Para Durkheim, são características dos fatos sociais a generalidade, a exterioridade e a coercitividade. A maneira de nos vestirmos, a moda, portanto, pode ser considerada um fato social no sentido durkheimiano? Sim. Imagine algum colega chegando à sala de aula vestido de modo completamente diferente do grupo, com roupas de outras épocas ou típicas de outros grupos sociais. Possivelmente ele receberia alguma sanção da turma, mesmo que indireta, pois existe um modo de vestir mais ou menos comum, instituído socialmente.



Crianças em passeio escolar no Parque Ambiental Mangal das Garças, em Belém, capital do Pará. Foto de 2014. Para Durkheim, os indivíduos apresentam maneiras de pensar e agir que estão além de suas próprias consciências, pois se relacionam à coerção exercida, por exemplo, pelas instituições.

Espera-se que todos, numa sala de aula, estejam vestidos mais ou menos de acordo com a maioria (generalidade) – o traje pode ser, por exemplo, o uniforme, dependendo das regras da escola. É a sociedade que define os padrões e normas do vestuário (exterioridade), e aquele que se vestir de maneira muito diferente do grupo pode sofrer alguma sanção, como um olhar reprovador ou um ato de *bullying* (coercitividade). Há inúmeros outros exemplos parecidos na vida social, basta olhar ao redor. Pense em outros a que se aplicam essas regras.



Debate



Ao conceber os fatos sociais como realidades objetivas, coercitivas e exteriores à consciência individual, Durkheim destacou a força dos costumes e valores vigentes que internalizamos no processo de socialização. Após a leitura da proposta abaixo, debata com a turma sobre como reagiriam diante do relato.

Você acaba de se hospedar em um hotel. Chegou ao apartamento que lhe foi destinado. Está só. Passa os olhos rapidamente nas instalações, situa-se no ambiente, satisfazendo a curiosidade de sempre: a primeira impressão, o quarto equipado, o banheiro, a limpeza. Testa o ar-condicionado, liga a televisão, olha a vista da janela. Observa a decoração, os armários e os móveis, abre a gaveta do criado-mudo... Opa! Uma carteira de dinheiro... e cheia de dólares!

1. Levando em consideração o contexto acima, responda às questões.
 - a) O que você faria nesta situação? Qual seria sua primeira reação?
 - b) Que decisão tomaria ao final? Por quê?
2. De que maneira as atitudes tomadas por você podem ser relacionadas à análise de Durkheim sobre os fatos sociais?

Weber e a compreensão da ação social

Se fato social é considerado por Durkheim o objeto sociológico por excelência, por trazer ao conhecimento uma realidade de natureza social e coletiva bem diversa da realidade dos fenômenos individuais, Max Weber elegeu a Sociologia como a ciência da **ação social**, buscando compreendê-la pelo viés do indivíduo. O que é uma ação social? Weber a concebe como aquela que se guia pela conduta do outro. Nem toda ação é considerada social, só aquela que leva em conta o comportamento de outros.

Os indivíduos dão significado às ações sociais, conforme os valores culturais predominantes em cada período. Compreender uma ação social é apreender o seu significado e aquilo que a motiva – se o seu sentido é racional, emocional ou baseado em tradições, por exemplo. Weber identifica quatro tipos principais de ação social.



1. Ação racional com relação a um fim: trata-se, por exemplo, da ação do engenheiro que planeja a construção de uma ponte e combina os meios para atingir esse objetivo.

2. Ação racional com relação a valores: nesse caso, a ação é racional não porque visa alcançar um objetivo definido e exterior, mas porque segue valores de uma sociedade, como considerar ser desonroso deixar de responder a um desafio. Por exemplo, um comandante que não abandona o navio, cheio de passageiros, que está afundando.

3. Ação afetiva: é aquela definida pelo estado de consciência ou o humor do sujeito. Exemplo: uma pessoa xinga outra no trânsito; esta ação é definida por uma reação emocional do ator (quem xinga).

4. Ação tradicional: consiste na ação ditada pelos hábitos, costumes e crenças de uma sociedade. É a ação que obedece a reflexos enraizados por uma prática desenvolvida há longo tempo, transformando-se numa espécie de segunda natureza, pois o indivíduo praticamente não avalia seus efeitos.



Fiéis católicos na celebração conhecida como Círio de Nazaré, em Belém, capital do Pará, em foto de 2014. Manifestações religiosas como essa, celebrada nessa cidade há mais de dois séculos, são consideradas, pela teoria weberiana, ações tradicionais.

É claro que as ações não seguem, na realidade, os tipos puros, e Weber considera isso: muitas ações são caracterizadas por misturar mais de um tipo ideal. Para ele, os indivíduos tendem a pautar suas ações com base em avaliações racionais. Nessa lógica, o indivíduo que quer “melhorar de vida” – ou seja, ascender socialmente – vai buscar os meios (escolarização, trabalho, jogos de azar, etc.) para atingir tal objetivo. Ou seja, ele adota um comportamento racional considerando a eficiência dos meios e as consequências futuras de suas ações, mas também se orienta por valores nessa decisão, e, ocasionalmente, até por emoções.

Encontro com cientistas sociais

Leia e responda às questões.

Deve-se entender por Sociologia (no sentido aqui aceito desta palavra empregada com tantos significados): uma ciência que pretende entender a ação social, interpretando-a, para, dessa maneira, explicá-la causalmente no seu desenvolvimento e efeitos. Por “ação” entende-se uma conduta humana (um fazer externo ou interno, seja em omitir ou permitir) sempre que o sujeito ou os sujeitos da ação deem a ela um sentido subjetivo. A “ação social”, portanto, é uma ação na qual o sentido pensado por um sujeito ou sujeitos toma por referência a conduta de outros e por ela orienta o desenvolvimento de sua ação.

WEBER, Max. *Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. Bogotá: Fondo de Cultura Económica, 1977. v. I. p. 5. (Texto publicado originalmente em 1922. Texto traduzido.)

1. Pensando na definição dada acima, cite alguns exemplos de ação social que você identifica no seu dia a dia.
2. Qual é a relação dessas ações com o conceito de “sociedade”? Você imagina que elas possam ser estudadas pela Sociologia? Por quê?



Hulton Archive/Getty Images

O pensador alemão Max Weber, em foto de 1910.

Marx analisa a realidade histórica

Em que consistiria o objeto de estudo da Sociologia na obra de Karl Marx (ainda que ele não definisse sua obra como sociológica)? De sua perspectiva teórica, pode-se extrair que são as relações sociais. Elas se estabelecem em diferentes tempos e modos de produção, nos quais os seres humanos produzem a realidade histórico-social e dela são produto. As relações sociais são, portanto, determinadas historicamente.

Em uma nota introdutória ao livro *Contribuição à crítica da economia política*, publicado em 1859, Marx relata que passou a dar importância às relações econômicas ao estudar a legislação sobre roubos de lenha e ao pesquisar a situação dos camponeses da região do rio Mosela, na Alemanha, em 1842. Dizia não ser a vontade dos indivíduos que dava estrutura ao Estado, mas sim a situação objetiva das relações entre eles.

Para Marx, a sociedade moderna tem por base relações de propriedade: de um lado, os proprietários dos meios materiais de produção (capitalistas), e de outro, aqueles que vendem sua força de trabalho (os trabalhadores). Denomina-as **relações de produção**, as quais se estabelecem independentemente da vontade dos indivíduos e são históricas, por corresponderem a determinado grau de desenvolvimento da sociedade.



Ao analisar a complexidade da existência do indivíduo e da sociedade em uma perspectiva histórica, Marx procura ir além das aparências da realidade social. Leia o texto e responda à questão por escrito.

O homem é, no sentido mais literal, um zôon politikhón [animal político], não só um animal sociável, mas um animal que só em sociedade pode isolar-se. A produção realizada à margem da sociedade pelo indivíduo isolado – fato excepcional que pode muito bem acontecer a um homem isolado transportado por acaso para um lugar deserto, mas já levando consigo, em potência, as forças próprias da sociedade – é uma coisa tão absurda como o seria o desenvolvimento da linguagem sem a presença de indivíduos vivendo e falando em conjunto. [...] Assim, sempre que falamos de produção, é à produção num estágio determinado do desenvolvimento social que nos referimos – a produção de indivíduos vivendo em sociedade.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 2011. p. 202.

- O que aparece como uma questão banal – o indivíduo em sociedade – pode revelar, pela análise de Marx, o quanto a vida em conjunto é determinada pelo desenvolvimento das forças sociais (a técnica, o conhecimento científico, os recursos existentes, o aparato jurídico, a tecnologia, etc.), que mudam muito, são aprimoradas, estão sujeitas a inovações. Ou seja, são históricas e interferem na própria relação entre os indivíduos e a sociedade.

Você consegue reportar-se a épocas históricas anteriores à nossa e imaginar o caçador e o pescador isolados, o escravo, o servo da terra do senhor feudal, o operário fabril, até chegar ao trabalhador moderno? O que mudou na relação indivíduo e sociedade, indivíduo e natureza? Quais são as mediações existentes nas relações sociais que visam à produção na sociedade contemporânea?



Colheita de cana (1938), tela de Candido Portinari.

Reprodução/Palácio Gustavo Capanema, Rio de Janeiro/Fundação Portinari

A produção teórica dos autores clássicos

Os métodos são ferramentas indispensáveis para a construção das teorias sobre a realidade social. Estas, por sua vez, são propostas que os cientistas produzem para explicar e interpretar o objeto em estudo. Resultantes de pesquisas e análises criteriosas, levando em conta o contexto histórico, as **teorias sociais** são explicações científicas para as relações e as transformações que ocorrem na sociedade e nas suas instituições.

As teorias sociais são transitórias: variam conforme as mudanças nas sociedades e conforme o avanço do conhecimento; explicam e aplicam-se a um momento histórico, embora o conjunto dos grandes traços da vida em sociedade não mude de forma tão rápida. A seguir, veremos as linhas teóricas gerais de alguns autores clássicos que apresentam sua visão do fenômeno sociedade e, por decorrência, da realidade dos indivíduos.

A integração social sob o olhar de Durkheim

O sociólogo francês Émile Durkheim formulou uma **teoria da integração social**, segundo a qual as partes da sociedade (suas instituições e/ou indivíduos) se relacionam de forma harmoniosa e estável. A partir de uma de suas proposições – “tratar os fatos sociais como coisas” –, sua teoria afirma ser possível observar com isenção os fatos sociais, por serem fenômenos objetivos e exteriores ao indivíduo.

As ideias de Durkheim estão em sintonia com o **funcionalismo**, uma corrente de pensamento que compreende que as instituições exercem funções específicas e necessárias em uma sociedade e podem ser observadas e comparadas com objetividade. Nesse sentido, ele é considerado um representante positivista.

Durkheim acreditava na prevalescência do social sobre o indivíduo e na separação entre realidade psíquica e realidade de natureza social, por esta última resultar da combinação das consciências individuais, e não do seu somatório. Produziu, em 1893, a obra *Divisão do trabalho social*, na qual confirma a ideia de coerção social, no sentido de que a divisão do trabalho cria também, de forma durável, um sistema de direitos e deveres entre os indivíduos.

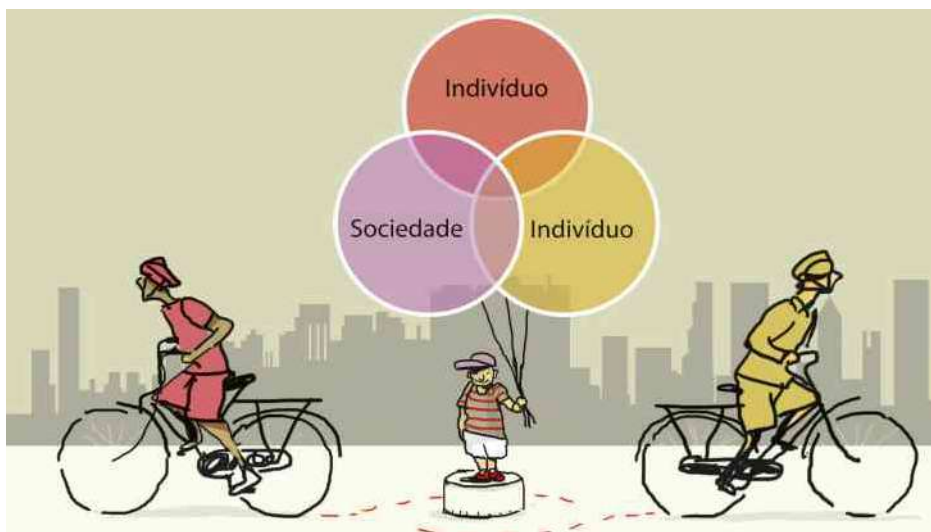
Teoria da ação social em Weber

O sociólogo alemão Max Weber tinha uma concepção da realidade social mais pautada no sujeito da ação. Sua **teoria da ação social** procura reconhecer o sentido (significado) da ação social no conjunto dos acontecimentos histórico-culturais. Weber concebe a ação social como uma ação humana que se deixa guiar pela conduta do outro. Em sua obra clássica, *Economia e sociedade*, publicada postumamente em 1922, assim expressa a relação entre indivíduo e sociedade:

A relação social consiste única e exclusivamente – ainda que se trate de formações sociais, como Estado, Igreja, corporação, matrimônio, etc. – na probabilidade de que uma forma determinada de conduta social, de caráter recíproco por seu sentido, tenha existido, exista ou possa existir.

WEBER, Max. *Economía y sociedad: esbozo de Sociología comprensiva*. Bogotá: Fondo de Cultura Económica, 1977. v. I. p. 22. Texto traduzido.

As ações sociais são, portanto, recíprocas, porque os indivíduos imprimem a elas um sentido levando em conta o comportamento de outros. Weber exemplifica: dois ciclistas vêm em sentidos contrários numa rua. Se eles se chocam em um acidente, não se trata de uma ação social. Porém, quando para evitar um acidente, desviam um do outro, há reciprocidade em suas ações.



Filipe Rocha/Arquivo da editora

O método de análise da ação social por Weber é definido como histórico-comparativo e resulta na formulação de uma Sociologia compreensiva. É compreensiva por se valer da construção de tipos ideais (conceituais), que expressam a singularidade de cada fenômeno e procuram compreender o sentido da ação, ou seja, o caráter imputado à ação, o seu significado social. Um exemplo disso está em sua pesquisa sobre a religião e o capitalismo, no livro *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (1905), no qual buscou explicar a relação entre determinada ética religiosa e a formação do capitalismo. É considerado um relativista por propor que os valores de uma cultura condicionam o conhecimento, pois também os costumes mudam no tempo.

Marx e a teoria da acumulação

O filósofo alemão Karl Marx, na obra *A ideologia alemã*, de 1845, escrita em parceria com Friedrich Engels, sintetizou a dinâmica da vida em sociedade da seguinte forma: os indivíduos produzem suas representações e suas ideias sobre as relações sociais que vivem concretamente. Esse conjunto de relações de produção que homens e mulheres estabelecem para sobreviver é a base econômica da sociedade sobre a qual se assenta o aparato de relações de natureza política, jurídica, científica, religiosa, etc. É o que Marx denomina **modo de produção**.

Essa é uma realidade histórica e, portanto, mutável. A forma com que os indivíduos produzem socialmente sua sobrevivência material se acha condicionada por determinado desenvolvimento das forças produtivas e pelas relações que o caracterizam. O processo da História tem sido explicado como uma sucessão de diferentes modos de produção – o primitivo, o asiático, o escravista, o feudal, o capitalista –, cada qual estabelecendo determinadas relações sociais.

Marx produz uma **teoria da acumulação** tomando as características das relações de produção na sociedade capitalista – que, como dissemos anteriormente, são relações entre proprietários e não proprietários dos meios de produção. Basicamente, essa teoria explica como ocorre o crescimento do capital na sociedade capitalista: quanto mais o trabalhador vende a sua força de trabalho ao capital para produzir, ou seja, transforma os meios materiais de produção em mercadorias com o seu trabalho, menos recebe do que lhe é devido. Esse “valor a mais”, ou a denominada “mais-valia”, que o trabalhador produz é apropriado pelo capitalista. Assim, em contínuo movimento, cresce o capital e com ele o conjunto dos meios de produção, não só em volume, mas também em nível técnico e tecnológico, resultante das forças sociais desenvolvidas.

Marx adotou a dialética como método de análise da realidade. Em seu pensamento, o movimento dos contrários é encontrado na superação de um modo de produção histórico para outro (escravismo, feudalismo, capitalismo, por exemplo). Também é dialético compreender o antagonismo complementar existente nas relações entre as classes sociais na chamada luta de classes – na qual diferentes interesses disputam a riqueza acumulada no processo produtivo.

Alg-Images/LatinStock



Karl Marx, em pintura de 1920, de P. Nasarov e N. Gereljuk.



Observe a fotografia abaixo e pesquise como a realidade retratada na imagem pode ser explicada, por um lado, pela produção teórica de um dos clássicos da Sociologia e, por outro, pelo senso comum. Destaque as diferenças entre as duas formas de observar a realidade social (a científica e a do senso comum) e apresente o resultado de seu trabalho à turma.



Manifestantes e polícia entram em confronto, em Curitiba, durante ato de greve dos professores da rede estadual do Paraná. Foto de abril de 2015.

Teorias e métodos das Ciências Sociais no século XX

As teorias sociais costumam ser divididas em clássicas e contemporâneas. As primeiras, embora datem de mais de um século, permanecem válidas. As teorias mais recentes partem muitas vezes das proposições dos clássicos para reafirmá-las, redimensioná-las ou mesmo romper com elas. Todas as teorias, clássicas ou contemporâneas, estão atreladas a grandes metodologias.

No âmbito dos fenômenos políticos, Max Weber, por exemplo, conceitua “agrupamento político”, “poder” e “dominação”. Para a construção da noção de **agrupamento político**, os conceitos de “território”, “continuidade” e “coerção física” são apontados como características do Estado moderno. A concepção weberiana de **poder**, como veremos no Capítulo 8, assenta-se na probabilidade de um ator impor a sua vontade a outro, mesmo em presença da resistência deste, enquanto **dominação** pressupõe o comando e também a obediência como um dever pelo reconhecimento das ordens. Nasce, assim, uma tipologia da legitimação do poder: a dominação legítima ocorre por ser **tradicional** (quando baseada em valores e costumes antigos), **carismática** (caso se fundamente na capacidade de liderança de alguém em razão de suas qualidades individuais) e/ou **racional-legal** (em razão da aceitação de leis estabelecidas, as quais espera-se que sejam cumpridas).

As teorias são conjuntos de conceitos inter-relacionados, ou seja, uns ajudam a compreender outros com argumentos coerentes, que explicam como e por que as coisas acontecem na sociedade. A seguir, alguns conceitos presentes na produção teórico-metodológica dos autores clássicos.

Conceitos básicos da Sociologia clássica

Comte	Durkheim	Weber	Marx
Ordem social, estágios teológico, metafísico e positivo ou científico da evolução da humanidade.	Fatos sociais, consciência coletiva, representações sociais, coesão social, solidariedade, integração social, instituição social.	Ação social, relação social, dominação, burocracia, capitalismo ocidental, racionalização.	Modo de produção, capital, trabalho, práxis, contradição social, classes sociais, luta de classes, conflito, relações de produção.



Baptistão/Agência Esazado

O sociólogo alemão Walter Benjamin, em caricatura de Eduardo Baptistão de 2009. Benjamin foi um dos fundadores da chamada Teoria Crítica.

Ancoradas ou não nos autores clássicos, novas teorias e abordagens das Ciências Sociais são concebidas no compasso das mudanças sociais. Veremos a seguir características gerais do pensamento de alguns dos sociólogos mais representativos do século XX: o norte-americano Talcott Parsons (1902-1979), o francês Pierre Bourdieu (1930-2002) e os autores alemães da chamada Teoria Crítica, denominada Escola de Frankfurt, na década de 1920. São representantes da Teoria Crítica, em diversos momentos do século XX: Theodor Adorno (1903-1969), Max Horkheimer (1895-1973), Walter Benjamin (1892-1940), Herbert Marcuse (1898-1979), Erich Fromm (1900-1980) e Jürgen Habermas (1929-).

Grande parte da Sociologia mais recentemente produzida aborda a sociedade pela óptica de sujeitos ativos em relações. Ao desenvolver, nos anos 1950, uma teoria geral dos sistemas sociais, Parsons está pensando na inter-relação entre as partes, numa ação humana que é individual e também coletiva. Já a Teoria Crítica elege a razão e a sociedade contemporâneas como objeto de estudo e tece críticas a uma concepção do mundo que não respeita a liberdade e a autodeterminação. Ao formular sua teoria das práticas sociais, Pierre Bourdieu mostrou como os atores sociais internalizam os valores, as normas e os princípios na sociedade global. Vejamos como as propostas teóricas desses autores concebem a sociedade e, em decorrência, situam a ciência Sociologia.

A Sociologia pelos autores contemporâneos

	Parsons	Teoria Crítica	Bourdieu
Sociedade	Uma coletividade de pessoas em interação constitui um sistema social. A orientação de cada ator nesse processo interativo – como pai, irmão, professor, etc. – é o papel social.	Dimensão histórica com suas normas e formas simbólicas.	Existe na ação de sujeitos que se relacionam e está inscrita nas relações de poder.
Sociologia	Uma ciência ligada a outras ciências que investigam o ser humano, capaz de sistematizar a ação social.	Questiona a instrumentalização da ciência, das técnicas e da arte na sociedade contemporânea.	Ciência que estuda a ação subjetiva e seus significados, com base nas relações de poder entre os agentes.

Tal qual a produção dos clássicos, a Sociologia contemporânea enfoca a questão da mudança social. Talcott Parsons, em obras como *A estrutura da ação social* (1937), *O sistema social* (1951) e *Teoria sociológica e sociedade moderna* (1967), pondera que um sistema social complexo não é totalmente estável nem muda como um todo. Esse pensamento é compatível com a metodologia estrutural-funcional que ele desenvolve, ou seja, considera que o sistema social é mantido pelas forças institucionais e padrões culturais. Já os estudiosos da Teoria Crítica, utilizando-se de conceitos como cultura, indústria cultural, Estado, legitimação, razão, pós-modernidade, autoridade, crise e transformação, empregam uma metodologia dialética que se vale da razão crítica para resgatar o passado e compreender as limitações do presente. Nesse caso, toda mudança social é acompanhada de um saber histórico, concebido como lógica da contradição social.

As metodologias mostram haver coerência entre a posição social e de pensamento do investigador e os conceitos construídos para explicar a realidade.

O antropólogo francês Claude Lévi-Strauss foi um dos promotores do **estruturalismo**, metodologia que considera o conjunto das relações sociais como estruturas que dão significado aos fenômenos culturais. Para elaborar suas teorias, Lévi-Strauss tomou como base vários trabalhos etnográficos, isto é, trabalhos de observação e descrição do modo de vida em determinado contexto social, feitos por ele e por outros pesquisadores. A partir disso, Lévi-Strauss elaborou, por exemplo, uma síntese das ideias sobre parentesco e mitologia nas obras *As estruturas elementares do parentesco* (1949) e *O pensamento selvagem* (1962).

Bourdieu embasa seu pensamento na ideia de reprodução social, como as transformações culturais que acontecem na educação e na sociedade de massa. Para ele, todo sujeito é portador de uma herança social, que influencia em seus gostos e comportamentos e nas oportunidades de vida.

Desse modo, indivíduo e sociedade são elementos que se influenciam mutuamente. Essa é uma das condições para os cientistas sociais produzirem ciência, o que implica desenvolverem um conjunto de conceitos capazes de interpretar a realidade e derivarem esse conhecimento de uma concepção de mudança que lhe é implícita.

Reprodução/Arquivo da editora



O antropólogo franco-belga Claude Lévi-Strauss, durante trabalho de campo no Brasil. Foto da década de 1930.



Pedro Ladeira/Folhapress

Grupo de indígenas e quilombolas protestam, dentro da Câmara dos Deputados, em Brasília (DF), contra assassinatos de líderes dos movimentos e pela demarcação de terras de reserva. Foto de 2015.

As disciplinas que compõem as Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia e Ciência Política) utilizam métodos científicos para procurar explicar diferentes aspectos da vida em sociedade e compreender a condição de “estarmos no mundo”, sem necessariamente prover certezas absolutas. Também os métodos têm seu conteúdo histórico. Desse modo, o conhecimento tem um compromisso com o desenrolar das ações concretas, pelas quais o ser humano constrói a si e a seu mundo social, político, econômico e cultural, fazendo história.

Intelectuais leem o mundo social

O filósofo húngaro István Mészáros (1930-) desafia-nos a pensar a condição histórica das Ciências Sociais, sujeitas às mudanças nas relações sociais, que alteram a correlação de forças em cada época e sociedade:

Ao contrário do que ocorre na ciência natural, os conceitos-chave da teoria social – sejam eles “homem” e “natureza”, “indivíduo” e “sociedade”, “cultura” e “comunidade”, “escassez” e “excedente”, “oferta” e “demanda”, “necessidade” e “utilidade”, “capital” e “trabalho”, “propriedade” e “lucro”, “status” e “interesse de classe”, “conflito” e “equilíbrio”, “polarização” e “mobilidade”, “mudanças” e “progresso”, “alienação” e “revolução” etc. etc. – todos se mantêm como conceitos sistematicamente discutíveis e contestáveis. Além do mais, dado o inter-relacionamento dinâmico de todos os fenômenos sociais, independentemente dos aspectos específicos que estejam sendo enfocados em qualquer período dado, em qualquer campo específico da pesquisa social, o que de fato está em jogo é sempre o inter-relacionamento complexo entre a questão específica sob exame e a totalidade constantemente mutável das relações sociais. [...] Essas são algumas das principais razões pelas quais toda teoria social é condicionada sócio-historicamente, tanto em seus objetos quanto no modo específico de abordagem adotado por pensadores específicos, em suas tentativas de dominar os problemas de sua época.

MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Boitempo, 2008. p. 39.

- Com base no conteúdo deste capítulo, discuta com seus colegas em sala de aula sobre esta singularidade das Ciências Sociais, cujas teorias explicativas devem ser avaliadas continuamente em função da ação transformadora dos fenômenos sociais e também de como a sociedade é pensada pelos cientistas sociais em cada contexto histórico. Debata também sobre quais princípios de ciência e de realidade social os inspiram, como exemplificado no estudo de Durkheim, Weber e Marx.